

O ESTATUTO E O PAPEL DO INTELLECTUAL EM BENDA E SARTRE

Renato dos Santos Belo¹

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

 <https://orcid.org/0000-0002-3763-2162>

E-mail: renatobelorsb@gmail.com

RESUMO:

Esse artigo pretende explorar os temas do estatuto e da função do intelectual em dois autores significativos para a questão a partir do século XX: Julien Benda e Jean-Paul Sartre. Trata-se de revisitar as noções de autonomia e engajamento, fundamentais para uma compreensão comparativa entre os dois autores. O texto procura caracterizar de forma ampla o tipo de intelectual defendido por Benda no mesmo passo em que procura evidenciar a gênese e as condições de aparecimento do intelectual para Sartre. O Caso Dreyfus, momento histórico de surgimento do intelectual como o conhecemos, é revisitado a fim de estabelecermos um referencial concreto para as posições dos autores em discussão. A partir dos elementos levantados, procura-se argumentar no sentido das divergências entre Benda e Sartre sobre a natureza e o papel do intelectual, mas também propõe-se evidenciar o solo comum em que os dois autores parecem trafegar. O texto, ainda, aponta questões para se pensar o intelectual a partir das novas condições políticas e sociais na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sartre; Benda; Intelectuais; Autonomia; Engajamento.

THE STATUS AND ROLE OF THE INTELLECTUAL IN BENDA AND SARTRE

ABSTRACT:

This article aims to explore the themes of the status and function of the intellectual in two significant authors from the twentieth century onwards: Julien Benda and Jean-Paul Sartre. It is a question of revisiting the notions of autonomy and engagement, fundamental to a comparative understanding between the two authors. The text seeks to characterize in a broad way the type of intellectual defended by Benda at the same time that it seeks to highlight the genesis and the conditions of emergence of the intellectual for Sartre. The Dreyfus Affair, historical moment of emergence of the intellectual as we know it, is revisited in order to establish a concrete reference for the positions of the authors under discussion. From the elements raised, we seek to argue in the sense of the divergences between Benda and Sartre on the nature and role of the intellectual, but also propose to highlight the common ground on which the two authors seem to travel. The text also points out issues to think about the intellectual from the new political and social conditions in contemporary times.

KEYWORDS: Sartre; Benda; Intellectuals; Autonomy; Engagement.

¹Doutor(a) em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo - SP, Brasil. Professor(a) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras - MG, Brasil.

Introdução

Em novembro de 2021, a comunidade científica brasileira testemunhou fato inusitado. Tratava-se da renúncia de um grupo significativo de cientistas e pesquisadores à Ordem Nacional do Mérito Científico². A condecoração honorífica existe desde 1993 e seu Grão-Mestre encontra-se na figura do ocupante do cargo de Presidente da República. Ela é concedida a cientistas destacados por suas extraordinárias contribuições ao progresso da ciência no Brasil. A recusa a tão elevada homenagem foi motivada pela retirada dos nomes de dois cientistas³ da lista inicial de condecorados, indicada ainda no ano de 2019, o que teria ocorrido por ação do próprio presidente da República. A exclusão, por sua vez, teria sido motivada pelo posicionamento contrário desses cientistas ao uso da cloroquina como medicamento de controle da Covid-19. A reação veio na forma de uma carta aberta assinada por 21 eminentes cientistas então condecorados pela Ordem do Mérito e que expressamente renunciaram de forma coletiva à indicação. Em sua manifestação, os cientistas entenderam se tratar de “exclusão arbitrária de colegas”, configurando “perseguição a cientistas” e, ainda mais, tratar-se-ia de “novo passo do sistemático ataque à Ciência e Tecnologia por parte do Governo vigente”⁴. Os cientistas argumentaram que a condecoração é instrumento do Estado brasileiro, e não do Governo de ocasião, para prestigiar, por critérios exclusivamente técnicos, o mérito científico indelével de personalidades brasileiras ou estrangeiras, desde que criteriosamente escolhidas por sua contribuição à ciência nacional.

Em resumo, a carta aberta simboliza, no plano concreto, a solidariedade a colegas injustamente excluídos e, no plano geral, os valores elevados da preservação das “instituições universitárias e científicas brasileiras” e, ainda, o enquadramento do Brasil no “processo civilizatório”, aparentemente ameaçado. A manifestação pública se justifica, pois

enquanto cientistas, não compactuamos com a forma pela qual o negacionismo em geral, as perseguições a colegas cientistas e os recentes cortes nos orçamentos federais para ciência e tecnologia têm sido utilizados como ferramentas para fazer retroceder os importantes progressos alcançados pela comunidade científica brasileira nas últimas décadas⁵.

A intenção é clara: trata-se de tentar influenciar a opinião pública por meio de posicionamento crítico a uma situação específica, o que é feito a partir de lugar socialmente respeitável, de uma “aparência social” de que os cientistas são portadores. Esse *script* tem já longa tradição no que se convencionou chamar de posicionamento de intelectuais contra interesses particulares e em nome de ideais superiores como a justiça e a liberdade de pesquisa, por exemplo, marcando certa inserção de pessoas letradas no debate público a partir de uma relação ambígua entre suas áreas de especialidade e as questões propriamente sociais e políticas que cada momento

² Uma breve cronologia dos fatos. A Carta aberta de que trata a renúncia veio a público em 06 de novembro de 2021. Ela se refere a fatos ocorridos nos dias 04 e 05 de novembro de 2021, respectivamente, a publicação de decreto presidencial em que constavam os nomes dos cientistas posteriormente excluídos, e a efetiva exclusão de dois nomes da lista sem qualquer justificativa.

³ Os cientistas excluídos foram Marcos Vinicius Lacerda, que coordenou estudo que atestou a ineficácia da cloroquina como medicamento de combate à COVID-19, e Adele Schwartz Benzaken, exonerada de cargo no Ministério da Saúde, em 2019, após ter publicado cartilha, voltada para homens transgêneros, sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

⁴ Com ampla divulgação na imprensa nacional, a “Carta aberta dos cientistas condecorados com a Ordem Nacional do Mérito Científico em 03/11/2021” pode ser encontrada e facilmente acessada em diversos sítios da rede mundial de computadores. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/carta-aberta-dos-cientistas-condecorados-onmc/62951/>>. Acesso em 22/05/2023.

⁵ Carta aberta dos cientistas condecorados com a Ordem Nacional do Mérito Científico em 03/11/2021. ABRASCO, 2021. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/carta-aberta-dos-cientistas-condecorados-onmc/62951/>> . Acesso em 22/05/2023.

histórico parece forjar à sua maneira. A exclusão arbitrária e injustificada de cientistas de uma lista de homenagens provoca a reação de outros cientistas contra a injustiça, evidenciando um diagnóstico temerário de ameaças e tentativa ilegítima de controle da ciência, isto é, do viés político-ideológico de certas decisões e a maneira mesma como o planejamento estratégico da ciência vem sendo conduzido no Brasil. Falam, assim, seguindo significativa e secular tradição, *como intelectuais*. Utilizam-se do prestígio de seu campo de competência para se pronunciar a respeito do que consideram intolerável e inadmissível. René Étiemble, em um belo comentário à obra clássica de Julien Benda, *A traição dos intelectuais*, indica-nos a ancestralidade dessa fórmula de posicionamento tipicamente intelectual:

Toda vez que o poder temporal ou espiritual cometia uma injustiça, eles [os intelectuais] elevaram a voz para condenar o abuso. Montaigne se opôs aos processos de feitiçaria, ao massacre dos caraíbas, à pilhagem das Índias Orientais; Montesquieu condena a escravidão; Voltaire combate em favor de Calas; em favor de Dreyfus, Émile Zola. (ÉTIEMBLE, 2007, p. 32).

Estão presentes, assim, nesta breve descrição, os elementos centrais da questão do surgimento do intelectual⁶ (a ocorrência do fato considerado inaceitável, a esfera pública de discussão e disputa, a autonomia frente aos poderes instituídos, a relação ambígua entre saber e poder), pelo menos como ela se configurou em dois momentos estratégicos para nossos objetivos nesse artigo: a posição de Julien Benda e o intelectual como guardião dos valores eternos e espirituais e a de Jean-Paul Sartre acerca do engajamento do intelectual.

Este artigo pretende, assim, tecer alguns comentários sobre o estatuto e o papel do intelectual no filósofo francês Jean-Paul Sartre, “figura de proa” (para usar a expressão de Benoît Denis) quase a se confundir com a própria imagem do intelectual no século XX⁷. Essa caracterização parcial⁸, diga-se de passagem, do intelectual em Sartre será feita cruzando duas de três conferências pronunciadas pelo filósofo no Japão, em 1965 - respectivamente, “O que é um intelectual?” e “Função do intelectual”, publicadas posteriormente como partes de *Em defesa dos intelectuais* -, lidas de par com a obra já mencionada *A traição dos intelectuais*, de Julien Benda, além da remissão a considerações de ordem histórica, notadamente o famoso Caso Dreyfus.

Benda e o intelectual como guardião dos valores universais

Em *Que é a literatura?*, obra em que Sartre dialoga crítica e tacitamente com Benda em diversos pontos, estabelece-se a contraposição entre a versão do intelectual defendida por Benda e aquela que ficaria consagrada como especificamente sartreana. Diz-nos Sartre, a certa altura do texto:

⁶ Pelo menos quanto a seu surgimento histórico. A substantivação do termo intelectual remonta ao Caso Dreyfus. A filósofa Marilena Chauí assim se reporta à questão: “O pilar da autonomia racional tornou possível o surgimento daqueles que durante o Caso Dreyfus, Zola convocou à cena pública com um nome novo: *os intelectuais*”. (CHAUÍ, 2006, p. 20).

⁷ O historiador francês François Dosse destaca a centralidade da visão de Sartre para a construção da figura do intelectual em parte significativa do século XX: “O existencialismo torna-se a expressão da sede de viver. Na apresentação de *Les Temps Modernes*, sua nova revista, ele [Sartre] convoca o escritor a abraçar sua época, a nada perder de seu tempo, a ficar em situação; sem renunciar à sua função, ele deve permanecer ciente de que é responsável pelo tempo que é o seu e por seus desafios”. (DOSSE, 2021, p. 32).

⁸ Refiro-me a uma abordagem parcial porque o tema do intelectual em Sartre parece se vislumbrar em, pelo menos, duas faces: aquela das suas considerações propriamente teóricas e mesmo normativas, e aquela do posicionamento histórico e político de Sartre. No escopo desse artigo, a ênfase é a primeira face.

Engajado em quê? perguntarão. Defender a liberdade, afirmação precipitada. Trata-se de tornar-se o guardião dos valores ideais, como o ‘intelectual’ de Benda antes da traição, ou será que é a liberdade concreta e cotidiana que é preciso proteger, tomando partido nas lutas políticas e sociais? (SARTRE, 2004, p. 53).

O que exatamente o intelectual defende? Seu reino não é deste mundo, como dizia frequentemente Benda, em uma alusão, simultaneamente, ao caráter litúrgico e atemporal do papel do intelectual, ou, como defende Sartre, fruto de “sociedades despedaçadas”, o intelectual vive intensamente sua historicidade porque reúne em si a contradição do universal e do particular?

A obra de Benda, *A traição dos intelectuais*, foi publicada em 1927 e recebeu, em 1946, uma nova edição, precedida por importante e longo Prefácio. A obra é relevante para a discussão sobre o intelectual no século XX, embora, em certa medida, não tenha recebido a devida atenção. Ela parte do diagnóstico de que os intelectuais, sob a égide do político, como ele caracteriza o seu próprio tempo, teriam sucumbido à ordem temporal, colocando em segundo plano os valores intemporais da justiça, da verdade e da razão dos quais eles seriam os guardiães. O que significa a traição de que os intelectuais são acusados? No Prefácio de 1946 à obra, Benda é explícito a respeito: “os homens cuja função é defender os valores eternos e desinteressados, como a justiça e a razão, e que chamo de intelectuais, traíram essa função em proveito de valores práticos” (BENDA, 2007, p. 45). De acordo com Benda, os intelectuais traíram sua natureza e vocação ao sucumbirem à ordem do temporal. Ao esquecerem a atemporalidade dos valores que deveriam defender, eles se tornaram reféns do transitório e do efêmero. O verdadeiro intelectual, nessa acepção, busca os “valores intemporais”: da arte, da ciência, da metafísica; e “não visa a fins práticos”. Esses valores intemporais estão representados pela verdade, a justiça e a razão. Trata-se de valores estáticos, desinteressados e racionais. Estão, assim, “fora da realidade” mundana, qual o inteligível platônico se encontra apartado da variabilidade sensível. São valores abstratos, isto é, insuscetíveis de alteração pela dinâmica da história e, sobretudo, pelos valores mundanos e práticos. Benda usa o termo “*clerc*” (simultaneamente “clérigo” e “intelectual”) para se referir aos intelectuais. Trata-se de maneira de se contrapor aos intelectuais de seu tempo - tomados por ele por excessivamente ligados aos prazeres e artimanhas da política e do poder -, remetendo à pessoa letrada/culta e que marcha por valores tomados por sagrados.

Os valores dos intelectuais, defende Benda, são estáticos. Por estáticos entenda-se que não estão submetidos aos caprichos das circunstâncias, sendo, assim, abstratos. São tão imutáveis quanto “as ideias de Platão” ou “os princípios lógicos”. Eles não se confundem, assim, com as ideias particulares, estas suscetíveis à mudança e à realidade mundanas, mas das quais não se ocupa o intelectual. São valores idênticos a si mesmos, não submetidos ao tempo e ao progresso. Esta convicção permite a Benda lembrar, não sem ironia, a seus opositores se “é necessário dizer que, para nossos intelectuais modernos, o perfeito, não pertencendo ao ‘real’, é desprovido de todo valor?” (BENDA, 2007, p. 107).

Os valores intelectuais são, ainda, desinteressados. Benda quer preservar esses valores afastados dos interesses práticos. Ao intelectual só cabe defender a justiça, por exemplo, se se tratar da justiça abstrata, um valor intemporal e impessoal do justo. A justiça desinteressada é valor intelectual porque não se orienta para nenhuma ação. E nem poderia, argumenta Benda, uma vez que quase sempre que se militou por um ideal concreto e prático isso recorrentemente foi feito no interior de injustiças na medida em que se tratou o humano não como abstração indiferenciada, mas no intuito de tratar pessoas desiguais de forma desigual, fórmula de injustiça, para Benda. Não importam as razões, se “patrióticas, políticas, religiosas ou morais”, os valores intelectuais são princípios e não podem ser submetidos ao cálculo de consequências.

Trata-se de valores eminentemente racionais. A razão, certamente, é o mais importante dos valores intelectuais, pois ela permite, de um lado, a correta compreensão desses valores como simplesmente ideais (isto é, não têm nada de “real” como um atributo da vida prática) e, de outro lado, afasta-nos das paixões: “o entusiasmo, a coragem, a fé, o amor humano e o amor à vida” (BENDA, 2007, p. 112). E é este campo do ideal que deve ser reforçado em todos os valores intelectuais, pois “acaso devo repetir que o papel do intelectual não é mudar o mundo, mas permanecer fiel a um ideal cuja manutenção me parece necessária à moralidade da espécie humana?” (BENDA, 2007, p. 113).

De acordo com Benda, seu tempo (podemos dizer boa parte do século XX, pois a obra de Benda conheceu pelo menos quatro edições em diferentes momentos e ele morreu em 1956, sem que seu diagnóstico tenha se modificado) vive a era do político, a era das paixões políticas. As principais paixões políticas mencionadas por Benda são três: “pode-se dizer que hoje não há quase uma alma na Europa que não seja afetada, ou não julgue sê-lo, por uma paixão de raça ou de classe ou de nação, e na maior parte das vezes pelas três” (BENDA, 2007, p. 119-120). Esse, aliás, é o traço característico de seu tempo, isto é, que o singulariza de outras épocas e que tanto diferenciam os intelectuais de hoje dos de outrora: a agudeza e a gravidade com que tudo se torna político.

As paixões políticas são foco desencadeador de conflitos e inimizades entre os homens. Em nome da pátria promovem-se guerras. Em defesa da classe se oprime e se pratica a vilania. Que os políticos estejam de acordo com esse carnaval de paixões e de interesses práticos e particularistas é da lógica da ação e da política, o que não se compreende é a submissão do intelectual a esses anti-valores intelectuais. Justo eles, última trincheira na defesa dos valores eternos e universais porque insubmissos ao prático. A era do político, aponta Benda, teria feito os intelectuais sucumbirem à vontade de bens materiais e de distinção frente a outros homens. Eles traem, assim, sua vocação. O intelectual é um indivíduo idealista. O intelectual de Benda é o artista, o cientista, o filósofo. São

todos aqueles cuja atividade, por essência, não persegue fins práticos, e que, obtendo sua alegria do exercício da arte ou da ciência ou da especulação metafísica, em suma, da posse de um bem não temporal, dizem de certa maneira: “Meu reino não é deste mundo” (BENDA, 2007, p. 144).

A eles se contrapõem os senhores leigos deste mundo: “as massas, burguesas ou populares, reis, ministros, chefes políticos”. Ao sucumbirem frente às paixões políticas, os intelectuais modernos fazem coro com os leigos e com eles “descem à praça pública”. Esquecem que sua ação é estritamente teórica e não prática. Dessa forma, os intelectuais modernos traem o símbolo e a mensagem de figuras extraordinárias de um Sócrates e de um Jesus Cristo, balizas, para Benda, de resistência ao prático, ao político e às paixões. Não à toa foram figuras “amaldiçoadas pelo leigo”. Tal aliança entre o intelectual moderno e os leigos só pode, assim, receber as mais rígidas críticas e censuras de Benda. “Pode-se dizer de antemão que o intelectual louvado por seculares é traidor da sua função” (BENDA, 2007, p. 149). Colocados nestes termos o estatuto e a função do intelectual em Julien Benda, o que pode ser dito preliminarmente a respeito do intelectual sartreano?

Retornemos uma vez mais ao Prefácio de 1946 escrito por Benda. Nesse momento, Benda atualiza a lista de “interesses práticos” que renovariam a traição dos intelectuais. Àqueles interesses relacionados à raça, à classe, à nação (essa agora já ultrapassada, pois muitos intelectuais se revelaram historicamente antipatrióticos), o autor acrescenta outros interesses como a “ordem”, a “comunhão com a evolução do mundo” e, finalmente, o “engajamento” e afins. Esses são os novos signos que se juntam aos anteriores, marcando a continuada traição do

intelectual de sua função precípua. Nesse comentário, Benda é explícito quanto à sua divergência em relação ao horizonte teórico de Sartre: abandona-se a relação do pensamento com o eterno e, em vez disso, o valor passa a estar no “engajamento exatamente político e moral” (BENDA, 2007, p. 89). Trata-se do rebaixamento da função do intelectual ao momentâneo, passageiro e transitório, pois não foi justamente Sartre quem vinculou o ato de escrever à figura do engajamento? Para Benda, é esse o ponto a ser enfatizado, afinal, “o escritor deve ‘engajar-se no presente’ (Sartre) -, uma tomada de posição no atual *enquanto atual*, com soberano desprezo por quem pretenda colocar-se acima de seu tempo. (Ver os manifestos ‘existencialistas’”. (BENDA, 2007, p. 90).

A crítica de Benda sobre essa nova face dos “interesses práticos”, a figura do engajamento, ecoa a radical vinculação estabelecida por Sartre entre o “homem de letras” e sua época. “Posto que o escritor não tem nenhum meio de se evadir, queremos que abrace forte sua época; ela é sua chance única: foi feita para ele e ele para ela” (SARTRE, 2022, p. 11-12). Dessa feita, escrever para a sua época, como pretende Sartre, só pode figurar, aos olhos de Benda, como fruto da perigosa indistinção entre os “interesses práticos” e a efetiva função do intelectual, sua posição no atemporal. Assim, os críticos do pensamento “não engajado” parecem não compreender a natureza da verdade, pois rejeitam a neutralidade do verdadeiro, lançando-o na vala comum das coisas mundanas. Esse é o significado, para Benda, das exigências temporais de engajamento da verdade e do intelectual sob o pretexto de que a neutralidade não existe: “o verdadeiro intelectual responde que a vida não é neutra, mas que a verdade o é, ao menos politicamente, unindo assim contra ele os realistas de todas as tendências” (BENDA, 2007, p. 92). O autor defende, assim, contra os engajamentos provisórios, um ideal de pensamento puramente especulativo - não prático - cuja eventual coincidência com o transitório ocorre apenas na contingência dos valores eternos e imutáveis da justiça, da razão e da verdade - os quais cabem ao intelectual perseguir e preservar - assemelhem-se aos fins e aos meios empiricamente perseguidos pelos casos concretos evidenciados pela história.

Ante o exposto até agora, delinea-se com mais exatidão o modelo de intelectual advogado por Benda. Trata-se da máxima realização de um ideal de autonomia cujos contornos respondem apenas às exigências de sua função de guardião dos valores tomados como eternos, imutáveis e atemporais. Não se trata apenas de autonomia frente aos poderes instituídos, mas efetivamente de uma tomada de distância em relação aos chamados interesses práticos, tais como a pátria, a classe, o partido, o Estado e todas as formas de “engajamento”. Não por acaso, considerava o filósofo Sócrates o “intelectual total”, pois realizou a um só tempo a defesa intransigente e absoluta da razão e da verdade e a total distância frente ao instituído, sem que tenha se insurgido “sequer contra a ação intentada contra ele pela ordem estabelecida” (BENDA, 2007, p. 96), o que evidencia que colocou como valor supremo a justiça e a verdade, mesmo quando ela se opõe ao pensamento, ao seu próprio pensamento. Donde a censura que Benda empreende contra os intelectuais que se apegaram a valores antiintelectuais, e que está no núcleo da ideia de traição, pois, ao se tornarem ávidos e desejosos das sensações mundanas, romperam também o “ascetismo espiritual que constitui sua lei” (BENDA, 2007, p. 100).

A figura contraditória e engajada do intelectual em Sartre

É razoavelmente comum, nos trabalhos dedicados ao tema do intelectual em Sartre, o tratamento indiferenciado da questão nas chaves, por assim dizer, teórica e prática. Quer dizer, aborda-se simultaneamente o que Sartre diz ser o intelectual e seus próprios posicionamentos

públicos sobre questões de seu tempo⁹. Partimos da hipótese de que operar alguma distinção quanto a esta perspectiva é relevante. E isto, basicamente, por duas ordens de fatores: 1) as considerações teóricas sobre o intelectual, seu estatuto e função, embora não prescindam de historicidade, são gerais; 2) as questões colocadas pela hora histórica, sua radical contingência e fundo de imprevisibilidade, impossibilitam que as escolhas concretas se reduzam à mera aplicação de princípios gerais. Por ora, queremos elucidar os contornos do primeiro desses fatores.

A perspectiva adotada nesse texto, dessa feita, é teórico-conceitual e estrutural. Importa evidenciar a caracterização que Sartre faz do intelectual: as condições de seu aparecimento e a sua função. Não farei, assim, o exame dos diversos posicionamentos empreendidos por Sartre ao longo de sua vida frente aos acontecimentos da hora histórica. E isso não apenas porque fugiria ao escopo do texto, mas, sobretudo, por entender se tratarem, esses posicionamentos, de textos de situação - quase um gênero específico em Sartre - cuja adequada compreensão exige o exame minucioso, e não retrospectivo, porque anacrônico, da matéria viva abordada pelo filósofo, assim como a compreensão da história em curso como ainda aberta a forças divergentes e contraditórias, de todo impossíveis de serem inteiramente decifradas antecipadamente nem mesmo pelo intelectual, cujo posicionamento, ainda que fundamentado, dificilmente extrapola as condições de uma aposta e de uma intenção de participação significativa na esfera pública.

Se Benda, ao diagnosticar seu tempo, pronunciava-se em termos de uma traição dos intelectuais, isto é, de uma acusação, a que Sartre, por seu turno, refere-se quando pretende defendê-los? Do que estão sendo agora acusados? A crítica geral dirigida aos intelectuais pode ser resumida no que segue:

o intelectual é alguém que se mete no que não é da sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades recebidas, e das condutas que nelas se inspiram, em nome de uma concepção global do homem e da sociedade - concepção hoje em dia impossível, portanto abstrata e falsa, já que as sociedades de crescimento se definem pela extrema diversificação dos modos de vida, das funções sociais, dos problemas concretos. (SARTRE, 1994, p. 14-15).

Trata-se de defender o intelectual porque ele sofre críticas frequentes de toda parte, do âmbito civil e do âmbito político. Figuras impopulares, pois encarnam o negativo e a crítica, esquecendo-se, dizem seus opositores, de seu papel positivo e conservador de guardar e transmitir a cultura. Ao invés disso, combatem “sempre o poder” e veem “apenas o mal na história”. Longe da sociedade civil (sob a pecha de trair o povo) e longe da casta política, pois dependem de seus salários para viver, o intelectual, indica Sartre, vive ele mesmo o incômodo e a ambiguidade de sua situação. Ao senso de realismo e pragmatismo dos políticos se opõe o espírito negativo do intelectual, simultaneamente, universal e especializado:

Na França, anuncia-se sua morte: sob a influência de ideias americanas, prevê-se o desaparecimento desses homens que pretendem saber de tudo; os progressos das ciências terão por efeito substituir esses universalistas por equipes de pesquisadores rigorosamente especializados. (SARTRE, 1994, p. 14).

Reclama-se por se meterem onde não foram chamados, no debate público, nas repercussões políticas, ainda que devam se manter prudentemente pudicos em relação à atividade concreta do

⁹ Essa é a visão, por exemplo, de Marcelo Coelho em seu texto “Engajamento e traição”. Ao não operar a distinção que mencionamos, o autor tende a fazer julgamentos que, no mínimo, mereceriam maior contraposição entre as posições de Sartre, os fatos históricos então conhecidos e a própria estratégia de combate em um mundo então polarizado. É assim que Coelho afirma: “[...] foram comuns, na carreira de Sartre, momentos de súbita associação não com a procura da verdade, não com a independência de julgamento, mas sim com a mistificação e a violência [...]”. (2006, p. 87).

poder. Ao mesmo tempo, partem de um lugar ainda não constituído, uma vez que a concepção global da humanidade que reivindicam é algo ainda inteiramente por ser realizada em um mundo em que valores abstratos mascaram uma realidade desumana pelo menos para significativa parcela da população. Isso significa dizer que o papel do intelectual está sempre, para Sartre, *vinculado a um fim prático*. Ele é aquele que desperta e fala e o faz visando determinada mudança na realidade. E ele não o faz sem condições, uma vez que extrapola sua zona de competência, turbina sua apreciação política a partir de sua competência científica, parte de um sistema de valores problemático.

Mas quem é¹⁰ o intelectual sartreano? Diferentemente de Benda, para o qual o intelectual é o homem de cultura de qualquer tempo vinculado mais especificamente a certos campos do saber como as artes, a ciência e a filosofia, em Sartre, a origem do intelectual moderno não pode ser dissociada de uma organização social marcada pela divisão do trabalho. A divisão social do trabalho nas sociedades modernas cria especialistas do saber prático. Eles se ocupam do estudo dos meios, são engenheiros, médicos, professores, em resumo, são especialistas de um determinado campo prático de habilidades e saberes. Por suas vinculações sociais, eles não se confundem propriamente com a classe trabalhadora, que realiza os fins. Também não pertencem à classe dominante, que define esses fins. “O conjunto desses técnicos do saber prático ainda não é composto de intelectuais, mas é entre eles - e em nenhum outro lugar - que aqueles são recrutados” (SARTRE, 1994, p. 17).

Dessa forma, nem todo especialista do saber prático é um intelectual, ainda que todo intelectual, nas condições de divisão social do trabalho no capitalismo, origine-se dessas camadas médias constituídas e recrutadas pela classe dominante. Por sua vinculação aos interesses da classe burguesa, o campo de especialistas do saber prático é definido previamente em quantidade e qualidade (é a classe dominante que estipula quantos e para quais campos pretende recrutar, o que recebe frequentemente, entre nós, o nome aparentemente nobre e valoroso de relevância social de determinadas profissões). Donde a primazia do sistema educacional na constituição, desde a infância até a universidade, de valores de uma “ideologia particularista da classe dominante”, a que são submetidos os especialistas do saber prático. Eles compõem, assim, as camadas médias da população, introjetam os valores burgueses e, em geral, aliam-se a esta classe na exploração da classe trabalhadora por sua dependência da mais-valia para sua própria formação educacional. “Hoje em dia a coisa é clara: a indústria quer pôr a mão na universidade para obrigá-la a abandonar o velho humanismo e a substituí-lo por disciplinas especializadas, destinadas a dar às empresas técnicos em testes, quadros secundários, *public relations* etc” (SARTRE, 1994, p. 22-23). Por sua formação ideológica, agem como “funcionários da superestrutura”, “agentes de um particularismo ideológico”, ora franco ora dissimulado.

Para Sartre, há especialistas do saber prático de onde se originam os intelectuais modernos. Exploremos sob outro ângulo essa relação. A heresia do intelectual de Benda estava rigorosamente na submissão ao prático. Em Sartre, a arte, a ciência e a filosofia nunca são rigorosa e estritamente imunes à prática e à ação. Trata-se frequentemente de realizar a negação do que é em favor do que ainda não é. Esta ação negativa impede que o homem de cultura, e mesmo a própria cultura, possa se desvincular da realidade mundana. Aqui como em outros campos, uma epouqué completa é irrealizável. Contudo, isso não significa que os métodos, a disciplina e o rigor científicos - que posteriormente serão emprestados pelos intelectuais - sejam uma ilusão. Ocorre

¹⁰ Rigorosamente, a questão de Sartre se coloca nos termos do “que é um intelectual?”, o que parece dar contornos normativos, e não apenas descritivos, para o tema do intelectual em Sartre. Esse aspecto não passou despercebido a Norberto Bobbio: “A melhor prova dessa confusão é a distinção que Sartre [...] introduz entre ‘verdadeiros’ e ‘falsos’ intelectuais. Falsos são os que desempenham uma função que para Sartre é negativa, e é negativa unicamente porque não desempenham a função que segundo ele deveriam desempenhar. Assim, será verdadeiro intelectual o revolucionário; falso o reacionário; verdadeiro será aquele que se engaja; falso, aquele que não se engaja e permanece fechado na torre de marfim”. (1997, p. 13-14).

que a interrelação entre técnica e ideologia (no sentido de falseamento da realidade) - e que figura na função do intelectual de desvelar a realidade - é intrínseca a uma sociedade, como a capitalista, que pretende ocultar interesses particulares e de classe. É assim que, em determinadas configurações históricas, os técnicos do saber prático são incitados a fazerem passar por leis científicas a ideologia dominante:

No tempo das colônias, os psiquiatras fizeram trabalhos, tidos como rigorosos, para estabelecer a inferioridade dos africanos quanto à anatomia e à fisiologia de seus cérebros (por exemplo). Com isso contribuíram para manter o humanismo burguês: todos os homens são iguais, *exceto* os colonizados, que de homens só tinham a aparência. Outros trabalhos estabeleciam da mesma maneira a inferioridade das mulheres: a humanidade era feita de burgueses, brancos e homens. (SARTRE, 1994, p. 23).

Se o intelectual sartreano não se confunde com o especialista do saber prático e, nesse sentido, não pode ser meramente identificado com pessoas de cultura letrada, como ocorre essa passagem? Se as condições de possibilidade do intelectual moderno se encontram no especialista do saber prático, como isso se realiza? Resumidamente, digamos que o intelectual sartreano é definido por sua contradição, o que se opera a partir das características específicas da estrutura social capitalista. Senão vejamos.

A metamorfose do encontro com os menos favorecidos

O intelectual surge das contradições às quais está exposto o especialista do saber prático: 1) seu “humanismo” entra em contradição com sua situação de privilégio e monopólio do saber; 2) o universalismo de seus métodos de pesquisa revela o particularismo da classe dominante e sua ideologia, compartilhada por eles; 3) a utilidade social de suas pesquisas é frequentemente convertida em utilidade de uma minoria (em detrimento da maioria, fenômeno que Sartre denomina de “pauperização relativa”). Dessa forma, o intelectual sartreano, embora tenha antecedentes cultivados entre os clérigos e os *philosophes*, com eles não se confunde. Ele não oferece, como os clérigos franceses até o século XIV, uma imagem mítica, totalitária e sagrada do mundo, à qual, de início, a burguesia se filiou, não obstante seus conflitos com a Igreja. Ele também não se configura como “intelectual orgânico” da classe burguesa, como Sartre considera os *philosophes* dos séculos XVII e XVIII. Sua função já não é “dessacralizar” o mundo, “criar uma concepção racional do Universo que englobe e justifique as ações e reivindicações da burguesia” (SARTRE, 1994, p. 19). E isso ocorre porque o “humanismo burguês” já não se sustenta. A identificação entre os valores científicos e os valores da burguesia, então classe ascendente, perdeu-se. Em suma, esses valores já não se sustentam mais, assim como a burguesia já não se sustenta como classe universal, mas são mantidos, artificial e ideologicamente, numa articulação contraditória entre o formal e o real.

Como classe ascendente, outrora, a burguesia lutava contra os privilégios de classe da aristocracia e do Antigo Regime. Nesse combate, encontrou em alguns filósofos - precursores dos intelectuais - uma imagem do homem e de si mesma condizente com o método analítico, a contestação do princípio de autoridade e, sobretudo, o ideal de igualdade entre os homens, pois os privilégios de sangue precisavam ser superados pela classe em ascensão. Esse novo homem, fruto da “dupla revolução” e da “carreira aberta ao talento”, para usar as expressões do historiador Eric Hobsbawm (2005), de início e potencialmente, encarna o universal à medida que reivindica a humanização de todos os humanos. Trata-se, contudo, de etapa provisória de consolidação da burguesia como classe dominante e da correlata construção de uma visão ideológica sobre a realidade, isto é, do mascaramento de uma perspectiva particularista, uma vez que a burguesia já

não pode afirmar-se como classe universal sem se negar a si mesma e seus privilégios. Onde o contraste entre o discurso universalista e a realidade profundamente desigual, marca da sociedade capitalista que então se estrutura.

E é essa ideologia particularista que submete a ciência e coloca “sob controle” a universalidade técnica e científica. Por esse movimento, a própria ciência corre o frequente risco de tornar-se ela também ideologia. Assim, e não obstante os técnicos do saber prático afirmarem “que não há ‘ciência burguesa’”, “sua ciência é burguesa por seus limites, e eles sabem disso”, sentencia Sartre. No técnico do saber prático, duelam permanentemente sua técnica universalista e a ideologia dominante, tornando-o, potencialmente, um intelectual.

Mas não é por simples decisão que um técnico se torna intelectual *de fato*: depende de sua história pessoal ter ou não conseguido desfazer nele a tensão que o caracteriza; em última análise, o conjunto dos fatores que realizam a transformação é de ordem social. (SARTRE, 1994, p. 29).

O intelectual é aquele cujas condições objetivas e subjetivas permitem a tomada de consciência da contradição entre a verdade prática e a ideologia dominante. Esta contradição está, fundamentalmente, nos conflitos de classe. Mas está também organicamente na classe dominante na forma da verdade e dos mitos criados para manter sua hegemonia. “Produto de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou o seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico” (SARTRE, 1994, p. 31).

O intelectual sartreano é, por assim dizer, aquele capaz de despertar e se metamorfosear e ao fazê-lo escapa provisoriamente de sua especialidade, sem que, assim, deixe de ser o especialista do saber prático, função à qual sempre retorna. Do seu campo de especialidade e formação, contudo, o especialista empresta ao intelectual, esse ser cindido, as técnicas, disciplinas e rigores do trabalho científico. O intelectual é uma categoria social. Ele não é meramente um indivíduo ilustrado. Ele surge das contradições sociais refletidas nele e, assim, deverá desaparecer quando essas contradições também desaparecerem.

Ele combate os limites que a ideologia impõe ao saber. Não é condicionado pela universalidade abstrata, não confunde, como os “filósofos” de outrora, o homem com o burguês. Trata-se de exercer seu papel em situação, como universalidade singular. É assim que, para fazer referência a um caso concreto, não se combate o racismo abstratamente, mas como realidade concreta de todos os dias:

Assim, o intelectual nada terá feito, mesmo que demonstre o aspecto aberrante do racismo, se não se voltar todo o tempo para si mesmo e dissolver um racismo de origem infantil através de uma pesquisa rigorosa sobre ‘esse monstro incomparável’, o eu. (SARTRE, 1994, p. 35).

O intelectual sartreano, caracterizado pela contradição, trabalha rigorosamente em favor do desvelamento da realidade, do combate às ideologias como falsa consciência. Neste trabalho difícil e ininterrupto, não podendo contar com a falsa universalidade burguesa, ele se aproxima da classe desfavorecida. Não que ela possa fornecer-lhe o universal, porque também não o possui, mas, na ausência e, talvez, impossibilidade do universal, resta o *esforço universalizante*. Justamente o que o intelectual tem a ganhar a partir de sua aproximação com a classe trabalhadora. Ao assumir sua contradição, o intelectual tem sobre a sociedade algo que se assemelha ao ponto de vista dos menos favorecidos. Na impossibilidade de assumir o ponto de vista da universalidade, assume aquele da imensa maioria.

A perspectiva universalizante, única disponível para o intelectual sartreano e apenas quando se engaja junto aos desfavorecidos, o que exige o compromisso com um universal específico, o universal singular. Isso significa estar do lado dos oprimidos. O intelectual, este oprimido consciente de sê-lo, identifica que todos os conflitos (classes, nações, raças) são “efeitos particulares da opressão dos desfavorecidos pela classe dominante” (SARTRE, 1994, p. 46). Em relação ao povo, a tarefa do intelectual está relacionada com a consciência de classe. Isto é, como universal singular, sua tomada de consciência “é o desvelamento de seu particularismo de classe e da tarefa de universalidade”, há, assim, “um paralelismo entre o esforço do intelectual no sentido da universalização e o movimento das classes trabalhadoras” (SARTRE, 1994, p. 46).

O intelectual deve assumir postura de vigilância constante contra o ressurgimento nele da ideologia que o formou: 1) deve manter uma autocrítica perpétua (prevenir para não se pretender o guardião do universal) - a união do intelectual com os trabalhadores não ocorre porque ele se movimenta livremente no universal, ele é e permanece pequeno-burguês por sua origem e formação; 2) associação prática concreta e sem reservas com as ações das classes desfavorecidas, ainda que possa realizar a crítica teórica às ações organizadas dessa classe, mas ao preço de fazê-lo à distância.

Dessa forma, para Sartre, o intelectual vive e convive com a contradição que o forjou: fruto de uma sociedade desigual e particularista, ele precisa superar em si mesmo as contradições entre os privilégios da classe que o formou e as condições daquela a que ele precisa se aliar. Mas também essa aliança é repleta de contradições, uma vez que, por sua origem e mesmo sua visão de mundo, ele é suspeito às classes trabalhadoras no mesmo passo que figura como vilão para a classe burguesa.

Frente à classe trabalhadora, o trabalho do intelectual consiste, em resumo, em: 1) combater o surgimento de ideologias no proletariado (“herói positivo”, “culto da personalidade”); 2) colocar o seu capital-saber a serviço de uma cultura universal; 3) formar técnicos que se aproximem ao máximo de intelectuais orgânicos das classes desfavorecidas; 4) recuperar o seu fim no porvir do homem; 5) evidenciar a universalização como fim histórico da classe trabalhadora; 6) guardar os fins históricos das massas contra todo poder. Em sua relação com o partido das massas é preciso que o intelectual seja disciplinado para não prejudicar a organização, isto significa o “máximo de disciplina e o mínimo de crítica possível”. Fato que se equilibra pela necessidade de intelectuais de fora do partido. Neste caso, tem-se o “mínimo de disciplina com o máximo de crítica possível” (SARTRE, 1994, p. 50).

Os combates dos intelectuais não se dão, assim, no abstrato, mas no acontecimento. É preciso identificar concretamente as situações a serem combatidas. O confronto do intelectual é com o concreto e isso exige uma resposta igualmente concreta.

Chamo de *acontecimento*, aqui, um fato que carrega uma ideia, quer dizer, um universal singular, porque limita a ideia carregada, em sua universalidade, por sua singularidade de fato *datada e localizada*, que tem *lugar* a um certo momento de uma história nacional e que resume e totaliza, na medida em que é seu produto totalizado. (SARTRE, 1994, p. 37).

O Caso Dreyfus: um acontecimento concreto e universal

Feitas estas considerações, retomemos o momento histórico de configuração do intelectual moderno a fim de tornar a associar as concepções de Benda e Sartre. O Caso Dreyfus, e outros tantos que trouxeram o intelectual à cena pública, realiza simultaneamente as exigências de Benda e Sartre para o intelectual, embora sob pontos de vista diversos. Ele é a afirmação não de um interesse particular, mas da justiça como valor universal e atemporal, como requer Benda, e

ele é uma resposta concreta a um acontecimento concreto, como exige Sartre para a colaboração do intelectual.

Tanto Benda quanto Sartre, em suas obras dedicadas aos intelectuais, fazem menção ao célebre Caso Dreyfus, a partir do qual o tema do intelectual se torna tipicamente francês. De forma aparentemente surpreendente, ambos consideram a tomada de posição do escritor Émile Zola, por meio de carta ruidosa dirigida ao então presidente francês, o famoso *J'accuse*, como sendo uma atitude tipicamente intelectual. Ora, como, partindo de versões tão distintas do intelectual, conforme procuramos evidenciar, Benda e Sartre poderiam interpretar o posicionamento de Zola de maneira aparentemente semelhante? Descrevamos brevemente o caso¹¹.

Em 1894, o capitão Alfred Dreyfus, originalmente oficial de artilharia, realizava estágio no Estado-Maior francês. Dreyfus é acusado de alta traição e espionagem em favor da Alemanha. A acusação se baseou numa carta anônima e sem data endereçada a um oficial alemão, revelando segredos sensíveis à França e que só poderiam ser conhecidos por um oficial francês de alta patente. A carta foi encontrada numa lixeira por um agente francês e estava endereçada ao oficial alemão Von Schwartzkoppen. Com base nisso, o Serviço de Informação Francês apresenta a situação. Embora sem assinatura, a caligrafia da carta é reconhecida pelo oficial d'Aboville, que acusa Dreyfus. Embora sem comprovação pericial, Dreyfus é formalmente acusado, julgado e condenado em tempo recorde, menos de quatro meses, e enviado para cumprir pena na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa.

Durante o processo de acusação, um agente do Serviço de Informações acusa Dreyfus dizendo: “O traidor que procuramos é ele! Eu juro!” (apud GUILLEMIN, 2011, p. 3). Quase um ano depois, mesmo período em que Dreyfus se encontrava privado de liberdade, o caso sofre uma reviravolta. Chega ao conhecimento do Estado-Maior francês que o verdadeiro responsável pela traição era o comandante francês Esterhazy. Prefere-se, no entanto, manter Dreyfus “culpado” e prisioneiro. Após mais de dois anos, a inocência de Dreyfus vem a público. Suspeita-se que o silêncio prolongado sobre sua inocência deveu-se ao fato de ser judeu. É nesse momento que Zola, conhecido pelo combate ao antissemitismo, é acionado. Inicialmente Zola hesita e mesmo quando decide se engajar no caso considera se tratar de assunto de pouca repercussão e fácil resolução. Afinal, havia abundantes provas de que Dreyfus era inocente. Não foi, contudo, o que ocorreu e Dreyfus permaneceu condenado. Rapidamente na França se organizam grupos de dreyfusards, pela imediata libertação de Dreyfus, afinal se tratava de um inocente, e anti-dreyfusards, em defesa do não reconhecimento do erro cometido pelo Estado-Maior Francês. É essa situação chocante que leva Zola a mergulhar de cabeça no caso e redigir e dirigir a carta, *Eu acuso*, ao presidente francês. Apenas após longa repercussão, inclusive com processo e condenação que envolveu o próprio Zola, Dreyfus finalmente caminha para a liberdade. Nenhum dos acusados por Zola é condenado e Dreyfus chega a ser novamente condenado, em uma decisão pró-forma, isto é, sem impacto para seu estado de liberdade. À época, Julien Benda escreve na Revue Blanche: “durante cinco anos, nos repetiram que os generais estavam acima de qualquer suspeita; hoje se apressam a ‘anistiá-los de antemão’” (apud GUILLEMIN, 2011, p. 11).

O Caso Dreyfus, como indica Benoît Denis, em **Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre**, marca o surgimento

de uma categoria social nova, que emerge publicamente nessa ocasião com o nome genérico de *intelectuais*. [...], o intelectual é aquele que, invocando a competência que lhe

¹¹ Para uma descrição mais abrangente e exaustiva do Caso Dreyfus, e de onde nossa breve apresentação toma as referências factuais principais, consultar a apresentação à tradução brasileira do texto de Zola escrita pelo historiador francês Henri Guillemin: *J'accuse: a verdade em marcha* (Porto Alegre, RS: L&PM, 2011).

reconhecem na sua disciplina, deseja ‘abusar’ dela para a boa causa, quer dizer, para tomar posição no debate público em nome dos valores *desinteressados* que orientam o seu trabalho de escritor, cientista ou professor. (DENIS, 2002, p. 210).

Aproveitemos a explicação de Denis para o intelectual moderno, que aproxima eventos como os “valores desinteressados” e o engajamento no “debate público” para rearticularmos as posições de Benda e Sartre em relação ao Caso Dreyfus. Na perspectiva de Benda, Zola agiu como intelectual porque, em seu posicionamento, defendeu o valor universal e abstrato da justiça, o que apenas contingentemente coincidiu com a defesa concreta e política da libertação de Dreyfus. Benda autoriza o intelectual a falar em nome da justiça e da verdade, desde que elas sejam tomadas em seu valor incondicionado, especulativo e abstrato. A interdição está em se deixar atrair por paixões particulares, sobretudo a classe e a raça. Tudo se passa, assim, como se a tese particular da libertação de Dreyfus apenas acidentalmente tivesse coincidido com a justiça abstrata e a verdade em si. Já para Sartre, no Caso Dreyfus, os escritores foram acusados de atuar fora de sua competência. Tratava-se de homens com notoriedade em trabalhos que dependem da inteligência e que saem de seu campo de competência para criticar a sociedade e os poderes estabelecidos a partir de uma concepção global do homem e encarnados na única maneira possível de efetivar esse ideal: o engajamento no caso concreto.

Em sua obra clássica, Benda censura os intelectuais por, em nome da política e do prático, no afã de sucumbir às paixões de nação, raça e classe, terem traído a missão do verdadeiro intelectual, que é também uma espécie de sacerdócio: defender os valores eternos da justiça, da verdade e da razão, entendidos unicamente em sentido abstrato, condição que quase exige, para se exercer, a fobia do político. O intelectual sartreano também é um traidor. Ele também defende o universal, mas não como valores eternos porque ele não se encontra no abstrato, não vive no universal puro. Ao intelectual sartreano não é possível assumir os valores universais puros justamente porque o universal está por se fazer. Trata-se de buscar o universal, um universal singular. Neste percurso, o intelectual trai a classe que o formou, ao negar a ideologia que a sustenta, e também trai a classe a que se filia, porque precisa interditar novas produções ideológicas. Ele se engaja sempre na verdade, mas a relativiza na história, que só pode compreender em curso, como *lusco-fusco*.

As preocupações de Benda, por seu turno, não são desprovidas de pertinência. Do poder, do prático e do político não parece verossímil a imunização completa. Onde o valor do alerta de Benda. Mesmo engajado, convém ao intelectual constante vigilância e integridade moral, sob pena de reproduzir o que seu papel impõe de maneira precípua combater: a oferta de uma visão enviesada e não desveladora da realidade. Sob pena, ainda, de tornar-se um ideólogo, um falso intelectual ou um mero traidor. Tal preocupação parece tanto mais válida e aguda quanto, como analisa o geógrafo e intelectual Milton Santos, “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2001, p. 17). Um mundo a ser decifrado e desmistificado. Ou, para falar, ainda uma vez com Milton Santos, e não sem certa provocação:

O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir, por meio da busca incansada da verdade. (SANTOS, 2001, p. 74).

Para nossos propósitos, o diagnóstico apresentado por Milton Santos é perspicaz em pelo menos três sentidos, todos eles pertinentes para a compreensão das perspectivas normativas acerca do intelectual tanto em Benda quanto em Sartre: ele evidencia a necessidade de distinção

entre letrados e intelectuais; ele assume que o *ethos* do intelectual exige a força e a coragem de dizer a verdade; por fim, ele afirma a relação intrínseca, no ofício do intelectual, entre verdade e porvir.

Para ambos os autores em comento, o aparecimento do intelectual exige um passo decisivo: o compromisso irrevogável com os valores eternos da verdade e da justiça, em Benda; a tomada de consciência do técnico do saber prático de sua condição de contradição, em Sartre. Nesse aspecto, assim, Benda e Sartre se aproximam, pois não se limitam a identificar e descrever os intelectuais na paisagem da cena pública em que atuam, mas impõem requisitos para ajuizar sobre quem seriam os verdadeiros intelectuais. Por outro aspecto, contudo, distanciam-se, pois o intelectual de Benda o é em tempo integral. Constitui uma “classe”, uma “espécie”: “Considero que a humanidade compreende duas espécies de homens [de ação e de contemplação], cujas funções são antitéticas, mas de cuja combinação deriva, entretanto, a civilização [...]. Eu pertencço inteiramente, sem qualquer tentativa de compromisso, à segunda classe” (apud BOBBIO, 1997, p. 50). Já, para Sartre, o intelectual vive essa condição, pois ela é limitada no tempo (dura enquanto as condições sociais que o originaram permanecerem) e em caráter transitório, já que depende de reconhecer em si mesmo a contradição que o constitui e sempre retorna à condição de especialista do saber prático.

No Caso Dreyfus, escritores, artistas e letrados vieram à cena política e se engajaram em defesa de uma causa pública. Como já dissemos, apesar de perspectivas distintas e até divergentes, Benda e Sartre avaliaram com simpatia o movimento. A avaliação de Benda, vista em perspectiva ampla, é compreensível. Em uma nota explicativa de *A traição dos intelectuais*, Benda se posiciona acerca da comunhão do intelectual com o movimento comunista e a ponderação é elucidativa. Benda afirma não criticar “o intelectual que adere ao movimento comunista se considero esse movimento em sua finalidade, que é a emancipação do trabalhador” (BENDA, 2007, p. 90). Tal emancipação é um ideal de justiça em absoluto condizente com a função do intelectual. Tudo mudo de figura, contudo, quando voltamos nossos olhos para os meios defendidos e utilizados, de acordo com Benda, pelo movimento comunista. Nesse caso, é preciso criticá-lo “porque ele glorifica os meios que o movimento emprega para atingir esse fim; meios de violência, que não podem ser senão de violência” (BENDA, 2007, p. 90). Ao defender ou aceitar acriticamente esses meios, os fins se distorcem e os valores antiintelectuais ganham relevo. Ora, no Caso Dreyfus, teria ocorrido a conjunção de meios e fins em prol do valor absoluto da verdade, que é expresso na defesa da justiça abstrata, que é propriamente a missão do intelectual. E essa adesão não se confunde com interesses práticos ou temporais porque não relativiza a verdade ou a engaja em valores práticos, mas a conserva como mero ideal, cuja defesa é imperativa ao intelectual de Benda. É justamente sobre esses pontos que, na célebre apresentação da revista *Les Temps Modernes*, pensamos encontrar a resposta mais bem acabada de Sartre, ao se referir ao escritor, esse intelectual por excelência, contra o modelo de intelectual proposto por Benda:

Cada época descobre um aspecto da condição humana, a cada época o homem se escolhe em face de outrem, do amor, da morte, do mundo; e quando os partidos se enfrentam sobre o desarmamento das Forças Francesas do Interior ou do auxílio aos republicanos espanhóis, é essa escolha metafísica, esse projeto singular e absoluto que está em jogo. Assim, tomando partido na singularidade de nossa época, reencontramos finalmente o eterno e é nossa tarefa de escritor fazer entrever os valores de eternidade que estão implicados nesses debates sociais ou políticos. Mas não nos preocupamos em ir buscá-los num céu inteligível: eles só têm interesse sob sua roupagem atual. [...]. Não é correndo atrás da imortalidade que nos tornaremos eternos: não seremos absolutos por ter refletido em nossas obras alguns princípios descarnados, suficientemente vazios e nulos para passar de um século a outro, mas porque teremos combatido apaixonadamente em nossa época,

porque a termos amado apaixonadamente e aceitado perecer completamente com ela. (SARTRE, 2022, p. 13).

Sartre, assim, não ignora as críticas de Benda e a noção de traição dos intelectuais, entre outros aspectos práticos, pelo engajamento. Mas vê as exigências de Benda de destinar ao intelectual o papel de guardião de valores puramente eternos com uma impossibilidade. O eterno, dessa forma, para Sartre, só pode ser apreendido e experimentado na medida mesma em que se singulariza na história, nas escolhas, nas solicitações de cada época e para as quais não há refúgio. Sartre parece assumir o alto risco, para o qual não vê alternativa que não a pura contemplação, de ser contrariado pelo curso dos acontecimentos, de converter o absoluto em relatividade frágil, como alertara frequentemente Benda.

Considerações finais

O debate e a aproximação em torno do estatuto e da função do intelectual em Benda e Sartre é oportuno. Ele tem valor histórico porque representa duas visões, em muitos aspectos divergentes, sobre o significado desse grupo de letrados socialmente relevante. Ele configura duas versões sobre a relação entre a ordem do saber e a ordem do poder, entre o campo das elaborações teóricas e a vida prática, a urgência dos acontecimentos históricos. Vistas sob certos ângulos, contudo, elas podem ser também aproximadas, especialmente na prudente distância para a qual ambos advertem entre o intelectual e o poder. Por último, elas podem ser capazes de lançar alguma luz para o papel e os dilemas atuais para a inserção e, eventualmente, a intervenção social do intelectual contemporâneo.

Benda defende certa liturgia do trabalho do intelectual que é também tomada de distância quanto ao prático e ao poder, mas o faz ao preço de posicionar no abstrato não apenas os valores defendidos pelo intelectual, mas ainda o próprio intelectual, pois ele precisa realizar o ideal do pensamento de sobrevoo, o que exige a utopia de se apresentar sem vínculos com as contradições político-sociais, reivindicando para si apenas o vínculo com com uma concepção de verdade igualmente desenraizada e abstrata: a idealidade do saber universal e atemporal. Para Sartre, no entanto, a verdade do intelectual é historicamente referenciada porque ela é também desvelamento de uma realidade que expressa as contradições sociais e a luta de classes e de indivíduos em constante conflito. Ao colocar o intelectual no território ambíguo da divisão social do trabalho e da luta de classes, Sartre o expõe inevitavelmente ao risco de sucumbir às solicitações de um grupo, tornando-se potencialmente um ideólogo no mesmo passo que se perde como aquele cuja missão precípua consiste em oferecer um espelho crítico para a sociedade. Traidor da classe responsável por sua formação, como também o fora o intelectual contemporâneo a Benda dos valores eternos da verdade, da justiça e da razão, o intelectual sartreano vive também a ambiguidade de ter de tomar distância em relação à classe a que precisa aderir - os menos favorecidos - para efetivamente cumprir o papel de desvelar o real.

Talvez aqui a distância que separa as duas visões seja também aquela que as reúne em um mesmo destino. Benda é enfático ao defender a separação do intelectual dos fins práticos. Sartre, por seu turno, vê essa exigência como malograda pela própria condição do intelectual. Ambos, contudo, advertem sobre as delicadas relações entre o intelectual e o poder. As paixões pelo poder, os riscos de sucumbir a uma perspectiva ela mesma obscurantista quanto à realidade. Onde as precauções simultâneas de Benda e Sartre evidenciadas na recusa do primeiro em compactuar com a adesão do intelectual ao poder e na reivindicação do último de que o intelectual trava ininterrupto combate com o poder.

Por fim, as perspectivas de Benda e Sartre enquadram-se em uma configuração que a modernidade forjou para o intelectual, o que significa que ela ainda precisa ser pensada à luz dos novos e urgentes desafios produzidos pelo nosso próprio tempo. Elas se assentam em certo consenso de que os ideais modernos da busca pela razão, a autonomia racional, o pensamento crítico, o cuidado argumentativo e a promoção de evidências contribuem para a emancipação humana. Ambas as posições reclamam a autonomia do intelectual que é também uma autonomia racional frente aos poderes instituídos. E é dessa recusa em flertar com o poder que parece brotar a autoridade do intelectual. É ela que permite a difícil síntese entre autonomia e engajamento de que fala Pierre Bourdieu:

O intelectual é um ser paradoxal, que não podemos pensar como tal enquanto não o aprendermos através da alternativa obrigatória da autonomia e do engajamento, da cultura pura e da política. [...]. O intelectual é uma personagem bidimensional que não existe e não subsiste como tal a não ser que (e apenas se) esteja investido de uma autoridade específica, conferida por um mundo intelectual autônomo [...] do qual respeita as leis específicas e que (e apenas se) empenhe essa autoridade em lutas políticas. (BOURDIEU, 2000, p. 370).

Mas em que sentido pode-se dizer que há novos e até surpreendentes desafios para o intelectual atual e, ainda, para além dos ideais de autonomia defendida por Benda e de engajamento (que não se opõe, necessariamente, à autonomia) exigido por Sartre? Tanto o letrado quanto o especialista do saber prático, de onde modernamente se origina o intelectual como categoria social, são detentores de um saber socialmente legitimado. Ainda que as fronteiras estritas desse saber técnico sejam a rigor ultrapassadas quando o intelectual se pronuncia e debate na esfera pública, a rigor, constituindo-se propriamente como tal (como no caso Dreyfus e no manifesto de cientistas brasileiros por ocasião da Ordem Nacional do Mérito Científico), nem por isso se perdem os princípios de rigor argumentativo, compromisso com fatos e sua legítima interpretação, pois é seu modo de estar na verdade e modo de expressão de autoridade teórica. Ora, a “bidimensionalidade” do intelectual, o difícil equilíbrio entre a autonomia e o engajamento, de que falava Bourdieu, está assentada em uma concepção bastante substantiva e restritiva da relação entre saber e poder. É ela que redimensiona as posições dos intelectuais para além de sua zona estrita de competência, evidenciando a potência de um discurso racional e de um posicionamento de relevante autoridade social. Parece ser justamente esse equilíbrio e essa legitimidade que nosso tempo caprichosamente insiste em desafiar. Não se trata mais apenas de “se meter no que não é da sua conta”, seja por valores universais e abstratos seja pelas exigências do engajamento, mas da estranha situação em que a própria autoridade do saber é posta à prova e não apenas quando ela se converte em ideologia - risco permanente dado o enraizamento social do intelectual - e opera pelo “discurso competente” que exclui a maioria da população da esfera pública de discussão (CHAUÍ, 2016)¹². O letrado de Benda e o técnico do saber prático de Sartre, esses intelectuais em potência, estão lastreados por um saber socialmente legitimado cuja expressão maior são as instituições de ensino, especialmente a universidade. Eventual desprestígio dessas instituições ou o acirramento político-ideológico das naturais divergências entre cientistas, como o observado amplamente na emergência sanitária que assolou o Brasil e o mundo especialmente nos anos 2020 a 2022, parecem configurar fenômeno novo, o que deve exigir

¹² De acordo com a filósofa Marilena Chauí, “O discurso competente pode ser assim resumido: não é qualquer um que tem o direito de dizer alguma coisa a qualquer outro em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente, portanto, é aquele proferido pelo especialista, que ocupou uma posição ou um lugar determinado na hierarquia organizacional, e haverá tantos discursos competentes quantas organizações e hierarquias houver na sociedade”. (CHAUÍ, 2016, p. 57).

reflexão mais aprofundada nos próximos anos e que, talvez, exijam reordenação, ou até mesmo reinvenção, do papel e da natureza do intelectual.

Em julho de 2023, sob a orientação de um novo governo federal eleito no Brasil, os cientistas então excluídos da condecoração à Ordem do Mérito em 2021 foram finalmente agraciados pela honraria em cerimônia oficial no Palácio do Planalto. Sob os signos de “reparação histórica”, “a ciência voltou” e a retomada do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, nova resposta político-social foi dada aos acontecimentos recentes. Para os leitores de Benda e Sartre e suas reflexões sobre o intelectual resta a dignidade de que suas divergências eram genuínas, sem qualquer traição aos valores de busca incessante da verdade ou vinculação espúria com o poder (certamente esse papel não era reservado ao intelectual, mas ao traidor dos valores eternos e aos ideólogos). Para esses mesmos leitores, restam, afinal, as questões: que estranhos tempos são esses em que, diante de uma emergência sanitária para a qual todos os antídotos e paliativos foram rapidamente descobertos e disponibilizados, ainda se insistiu em perguntar se nos *sentíamos* seguros para retornar às atividades convencionais, como se os protocolos possíveis de segurança já não tivessem sido estabelecidos pelos especialistas? Qual o compromisso com a verdade dos que, em nome da ciência, e se valendo do salutar campo de indeterminação, divergência e indefinição próprios da construção do saber na contemporaneidade, tentaram legitimar a visão ideológica do empoderado da ocasião?¹³ E não se trata de advogar aqui qualquer posição elitista. Vejo como salutar a ampliação da esfera pública e do debate republicano, o que foi significativamente amplificado por meio de novas tecnologias, possibilitando o protagonismo de novas vozes e tornando virtualmente indeterminada a composição da chamada opinião pública. Apenas quero rascunhar com essas questões o eventual surgimento de um fenômeno duplicado: por um lado, a potencial desqualificação do saber científico e estruturado quando, sob a pretensa democratização do debate, iguala-se ciência e opinião/sentimentos (retirando dos especialistas do saber prático, para usar a expressão de Sartre, a autoridade sobre seu campo próprio de competência), e, por outro lado, aproveitando-se do debate intrínseco ao trabalho entre os cientistas, afirmar que determinadas posições são ideologicamente marcadas (convenientemente aquelas de um campo político adversário), devendo ser substituídas por posições verdadeiramente técnicas porque neutras (o que renova ainda uma vez as precauções de Benda com o salvo conduto do intelectual). Talvez essas questões nos remetam a um mundo já não abarcado pelas visões de Benda e Sartre, mas que pode ser pensado, diagnosticado e desvelado a partir de suas relevantes contribuições.

¹³ Para uma discussão mais abrangente sobre o momento recente das políticas públicas por ocasião da pandemia de 2019, o negacionismo e as disputas no interior de discursos que se apresentaram como científicos, consultar o instigante trabalhos dos pesquisadores Daniel Duarte e Pedro Benetti: “Pela ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia” (2022).

Referências

- BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Carta aberta dos cientistas condecorados com a Ordem Nacional do Mérito Científico em 03/11/2021* (Vários Autores). Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/carta-aberta-dos-cientistas-condecorados-onmc/62951/>> . Acesso em 22/05/2023.
- CHAUÍ, Marilena. “Intelectual engajado: uma figura em extinção?”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência*. Organizador André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. (Escritos de Marilena Chauí, 3).
- COELHO, Marcelo. “Engajamento e traição”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Tradução de Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- DOSSE, François. *A saga dos intelectuais franceses, volume 1: à prova da história (1944-1968)*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.
- DUARTE, Daniel & BENETTI, Pedro. Pela ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúdes durante a pandemia. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 24, n. 60, mai-ago 2022, p. 98-138. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/CJmdspZCg7KyFc47gKcjcxx/>>. Acesso em 05/04/2023.
- ÉTIEMBLE, René. “Os intelectuais ainda traem? (Prefácio)”. In: BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- GUILLEMIN, Henri. “Prefácio”. In: *J'accuse: a verdade em marcha*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul. “Apresentação de *Les Temps Modernes*”. In: *Cadernos de Tradução LELPraT*, vol. 3, setembro 2022. Tradução de Fernando Vidal Filho. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/lelprat/article/view/14393/10176>>. Acesso em 07/03/2023.
- ZOLA, Émile. *J'accuse: a verdade em marcha*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Renato dos Santos Belo. renatobelorsb@gmail.com